

ANÁLISE DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL NOS ANOS DE 2010 A 2019 EM MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL¹

Thiago Emanuel Rodrigues Novaes², Ana Selia Rodrigues Novaes³, Gustavo Olszanski Acrani⁴, Shana Ginar da Silva⁵

¹ Trabalho vinculado ao grupo de pesquisa Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo/RS.

² Acadêmico do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo/RS

³ Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros/RN

⁴ Doutor em Biologia Celular e Molecular. Docente do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo/RS

⁵ Doutora em Epidemiologia. Docente do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo/RS

Introdução: A sífilis se constitui como uma infecção sexualmente transmissível (IST) de etiologia relacionada à bactéria espiroqueta *Treponema pallidum* subespécie *pallidum*, que, quando contraída na gestação, pode desencadear complicações tanto maternas quanto fetais. Se não diagnosticada e tratada imediatamente, a *T. pallidum* pode acometer o conceito por disseminação hematogênica via placenta em qualquer fase da gestação. Nesse sentido, é válido destacar que as sociedades indígenas do Brasil, especialmente as mulheres, apresentam vulnerabilidade para doenças infectocontagiosas como a sífilis. Dentre as vulnerabilidades, sobressaem-se a pobreza, a baixa adesão no uso de preservativos nas relações sexuais e o início precoce da vida sexual. Entretanto, devido a carência de produções científicas quanto às IST nesses povos, há dificuldade em determinar a magnitude da sífilis gestacional em indígenas no país. Logo, esta pesquisa será importante para a vigilância em saúde, tendo em vista que essa população é extremamente negligenciada e possui características epidemiológicas relacionadas às vulnerabilidades desses povos que favorecem a transmissão da sífilis. **Objetivo:** Estimar o número de casos notificados de sífilis gestacional em mulheres indígenas em um intervalo temporal de 10 anos no território brasileiro. **Metodologia:** Trata-se de um estudo com delineamento ecológico e abordagem quantitativa que se utilizou de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), quanto aos casos notificados de sífilis gestacional em mulheres indígenas brasileiras a níveis de Brasil e por regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), contemplando o período de 2010 a 2019, disponibilizados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). Devido a utilização de dados de domínio público, de acesso irrestrito e sem a identificação dos indivíduos, o presente trabalho, de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), é dispensado de análise do sistema Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** No período analisado foram notificados 2.071 casos de sífilis gestacional em mulheres indígenas no Brasil. O número

de notificações se torna alarmante uma vez que passou de n=149 casos em 2010, ano com menor notificação, para n=331 casos em 2018, ano que apresentou a maior quantidade de notificações no período estudado. A sífilis gestacional em indígenas se mostra frequente em todas as regiões do país, especialmente no Centro-Oeste e no Norte, regiões onde há maior concentração dessa população no Brasil, com a notificação de n=611 e n=532 casos, nessa ordem, de 2010 a 2019. A variação no Centro-Oeste foi de 46 para 78 casos, em 2012 e 2018, anos com menor e maior números de casos notificados, respectivamente, enquanto a região Norte passou de 25 para 95 casos nas mesmas condições. Verificou-se que o Sul apresentava a menor quantidade de casos notificados, quando comparado a outras regiões, com n=298. Esse valor pode estar relacionado ao fato da região Sul ser a que apresenta menos indígenas no Brasil. **Conclusões:** Notou-se aumento na notificação dos casos de sífilis na gestação em mulheres indígenas ao longo dos anos, o que tipifica essa condição como um grave problema de Saúde Pública na população estudada. É conveniente ressaltar a necessidade do desenvolvimento de estratégias socioculturalmente sensíveis para o manejo da sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis para e com esta população por meio de ações intersetoriais e multiprofissionais incluindo a formação e capacitação das equipes de saúde para atuarem nas comunidades, visando a promoção de saúde, articulando medidas preventivas, de rastreamento e terapêutica da doença nesses povos.

Palavras-chave: Sífilis; Complicações Infecciosas na Gravidez; Saúde de Populações Indígenas.